

A MEMÓRIA DO GRÊMIO ESTUDANTIL NO IFPB E POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA ARQUIVOLOGIA

THE MEMORY OF THE STUDENT COUNCIL AT IFPB AND POSSIBLE CONTRIBUTIONS TO ARCHIVELOGY

Irany Rodrigues Barbosa¹
Sandra Maria Campos Alves²

RESUMO

Esta pesquisa foi realizada na linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica” do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) ofertado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) Campus Mossoró. Este artigo é fruto da pesquisa realizada no Núcleo de Documentação e Pesquisa da Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e debruça em um resgate histórico da primeira década desta instituição no tocante a memória do movimento estudantil secundarista por meio do Grêmio Técnico Estudantil (GRETEC) e seu enlear com a educação não formal nos espaços formais de educação. O estudo é de natureza qualitativa com método da pesquisa documental realizado análise de conteúdo de Laurence Bardin (2011). Para entender a problemática quanto às contribuições do GRETEC na memória institucional do IFPB Campus João Pessoa, trazemos os debates voltados a educação não formal de Gomes e Vitorino (2017) e Gohn (2020) e o contributo de Michel Pollak (1992) e Ciavatta (2005) quanto a memórias silenciadas e esquecidas de grupos sociais, além de possíveis contribuições para a Arquivologia, Belloto (2014) e Schmidt (2024). Nas conclusões abordamos as contribuições do movimento estudantil para a memória institucional a partir de suas lutas e como a pesquisa documental do GRETEC pode contribuir para arquivologia no tocante a incorporação desta na gestão documental e nos instrumentos de gestão.

Palavras-chave: Memória; Arquivologia; Grêmio Técnico Estudantil; Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT:

This research was conducted in the research line “Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education” of the Master's in Professional and Technological Education (ProfEPT) offered at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Norte (IFRN) Campus Mossoró. This article is the result of research conducted at the Center for Documentation and Research in Professional Education of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraíba (IFPB) and delves into a historical recovery of the first decade of this institution

¹ Arquivista | Mestra em Educação Profissional e Tecnológica | irany.iris@gmail.com

² Engenheira Agrônoma | Doutora | sandra.campos@ifrn.edu.br



regarding the memory of the secondary student movement through the Grêmio Técnico Estudantil (GRETEC) and its involvement with non-formal education in formal education spaces. The study is qualitative in nature, using the documentary research method and Laurence Bardin's (2011) content analysis. To understand the issue regarding GRETEC's contributions to the institutional memory of IFPB Campus João Pessoa, we bring forth the debates on non-formal education by Gomes and Vitorino (2017) and Gohn (2020), and the contributions of Michel Pollak (1992) and Ciavatta (2005) regarding the silenced and forgotten memories of social groups, in addition to possible contributions to Archival Science by Belloto (2014) and Schmidt (2024). In the conclusions, we address the contributions of the student movement to institutional memory based on their struggles and how GRETEC's documentary research can contribute to archival science in terms of incorporating it into records management and management tools.

Keywords: Memory; archival Science; education; Student technical guild; Professional and Technological Education.

1 INTRODUÇÃO

Para este artigo abordamos a pesquisa realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), no âmbito do Campus João Pessoa, efetivada durante o mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) vinculado ao Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) em relação à importância do Grêmio Técnico Estudantil (GRETEC) no contexto da memória do IFPB, Campus João Pessoa.

Após aprovação no comitê de ética em pesquisa em outubro de 2022, foi dado início a coleta de dados em duas fases, sendo estas: pesquisa documental nas fontes encontradas de documentos físicos no Núcleo de Documentação e Pesquisa da Educação Profissional (NDPEP) e entrevistas com grupos sociais identificados, porém neste artigo debruça-se apenas no material documental do movimento estudantil secundarista para a compreensão, análise deste, e posterior considerações.

A partir da análise de conteúdo na documentação do GRETEC pudemos verificar as tipologias documentais produzidas e a sua relevância para a memória do IFPB. No tocante ao conteúdo dos documentos, a maioria, administrativos e de correspondência oficial. É importante ressaltar que foram encontrados apenas quatro caixas de arquivo correspondentes ao recorte temporal estabelecido (primeira década do IFPB) e estas estão sob custódia do Núcleo de Documentação e Pesquisa da Educação Profissional (NDPEP), órgão vinculado à Reitoria do IFPB.



A partir deste, lançamos a seguinte questão: quais contribuições o grêmio estudantil do IFPB pode prover na gestão documental e memória institucional? Para resolver essa indagação lança-se o objetivo de analisar a literatura e cruzar os dados coletados para alcance e resposta ao problema proposto.

Portanto, para este estudo é necessário trazemos a autora Gohn (2006, p. 35), que por sua vez considera que a relevância da sociedade civil organizada formadora dos sujeitos os quais são envolvidos na educação não formal e informal cujo “os movimentos pela educação têm caráter histórico, são processuais e ocorrem, portanto, dentro e fora de escolas e em outros espaços institucionais.”

Este artigo se debruça sobre as contribuições do Grêmio Técnico Estudantil do IFPB, Campus João Pessoa e sua relevância na memória da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e na memória institucional a partir da produção de documentos deste coletivo que embasa ações promovidas, função e funcionamento do GRETEC e sua atuação na primeira década do IFPB ocorrida de dezembro de 2008 a dezembro de 2018.

Quanto a arquivologia e gestão documental, podemos considerar que a partir do fomento da inclusão deste fundo nos instrumentos de gestão, podemos mudar a realidade dessa documentação e de outros fundos semelhantes. Encontramos um fundo que ocorreu dispersão por não estar acobertado de uma política de recolhimento ou gestão, além de não comporem os instrumentos de gestão como a tabela de temporalidade de documentos (TTD) e possuir código de classificação documental (CCD).

De acordo com (SCHIMIDT, 2024) que considera a classificação como significado do documento em seu contexto, já a avaliação identifica o valor do documento, portanto, a aplicação de um código de classificação pode determinar a eliminação de documentos não mais necessários conforme seus valores legais e fiscais e atribuir seu valor histórico.

A saber, a contribuição destes movimentos da sociedade civil organizada pela Educação “abrange questões tanto de conteúdo escolar quanto de gênero, etnia, nacionalidade, religiões, pessoas com deficiência, meio ambiente, qualidade de vida, paz, direitos humanos, direitos culturais entre outros. Esses movimentos são fontes e agências de produção de saberes.” A seguir Gohn (2006, p. 35 e p. 36) lista as principais demandas e eixos envolvendo as contribuições dos movimentos estudantis.

A cada luta corresponde um momento do processo de aprendizagem, típico da educação não-formal, a saber: Lutas pelo acesso; Aumento de vagas; Escola pública com qualidade; Gestão democrática da escola; Escola com projetos pedagógicos que respeitem as culturas locais; Valor das mensalidades das escolas particulares; Por políticas públicas;



Realização de experiências alternativas; Luta no processo de implantação de novos modelos, experiências ou reformas educacionais, envolvendo organização, trajetória das experiências, acompanhamento, construção de cultura política, redefinição do conceito de participação ; Luta dos professores e outros profissionais da educação por condições salariais e de trabalho; Lutas dos estudantes por vagas, condições, mensalidades, refeitórios, moradia, contra discriminações, etc.

É nessa perspectiva que os espaços não formais a exemplo do movimento estudantil secundarista são relevantes para formação política educacional dos estudantes. Esses espaços também são formadores e proporcionam a partir de eventos, reuniões e da própria luta em prol de melhorias locais um rico aprendizado e o alcance de ganhos para toda comunidade, seja na estrutura física das escolas seja na estrutura pedagógica que abarca até melhorias salariais dos profissionais de educação.

Portanto para dialogar com relação a educação formal e não formal envolvendo os sujeitos pesquisados, consideramos as colocações de (GOMES et al., 2017) que aborda tal temática, para compreendermos os momentos em que os sujeitos participam da educação formal e não formal e sua importância na vida social e na própria formação e acesso aos recursos dispostos em sociedade.

A educação coloca e formata o indivíduo em uma cultura e também o forma para os processos sociais, políticos e culturais que o acompanharão ao longo de sua vida. Isso ocorre de duas maneiras: aquela que consideramos formais por seu caráter regulamentar, planejado, especializado e intencional, e aquela que chamamos de não formal, por ocorrer fora do âmbito oficial/escolar, porém de maneira organizada e sistemática (Gomes; Vitorino, 2017, p. 16).

Para contextualizar precisamos explicar o funcionamento da educação formal que segundo a mesma autora “há um conjunto de princípios que também estabelecem esse tipo de educação. Entre eles estão uma matriz curricular, uma rede estruturada de poderes hierárquicos e regras estabelecidas nacionalmente, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação”. Portanto, toda uma legislação nas esferas federais, estaduais e municipais tendo como bojo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei nº 9.131/95).

Quanto ao espaço não oficial, segundo os mesmos autores, trata-se de locais a exemplo de comunidades, associações de moradores, museus, entre os mais variados eventos e momentos em que grupos sociais se reúnem, convivem e trocam conhecimentos e saberes e dentre estes o movimento estudantil secundarista que aqui reforçamos sua relevância e memória agregadora a instituição ao qual é vinculado.



2 METODOLOGIA

Neste artigo utilizamos a pesquisa documental com abordagem qualitativa e para entender um pouco sobre esse tipo de pesquisa, Gil (2002) apresenta o seguinte:

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas cabe considerar que, enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas sobretudo por material impresso localizado nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Há, de um lado, os documentos "de primeira mão", que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc. (Gil, 2002, p. 46)

Com relação ao local da pesquisa, esta foi realizada no NDPEP que é o setor responsável pela preservação da memória institucional do IFPB ao longo de sua história, desde 1909 (ano de fundação da escola de Aprendizes Artífices) além de receber visitação, realiza diversos trabalhos de catalogação dos artefatos documentais e digitalização de mídias, contudo, o seu acervo possui mais de 5 mil peças entre fotografias, fitas de vídeo, documentos administrativos entre outros suportes.

O NDPEP foi criado por meio da Portaria nº 01/2010, cujo objetivo é realizar o resgate histórico documental e a preservação da memória do IFPB, além de receber diversos pesquisadores e comunidade em geral, viabiliza a produção de conhecimento de forma crítica sobre a história da Educação Profissional (EP) e Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

O Núcleo de Documentação e Pesquisa da Educação Profissional (NDPEP), órgão suplementar vinculado à Reitoria do IFPB, fica localizado na Av. João da Mata, 256 – no bairro de Jaguaribe, João Pessoa – PB, no Edifício Coriolano de Medeiros, popularmente conhecido como “casa rosada”.

Utilizamos aqui a metodologia de Bardin (2011) para os contextos documentais pré-analisados, sendo estes, portanto, de classificação arquivística como material de correspondência oficial. Para tal, o método de análise segundo Bardin (2011, p. 124) corresponde a “diferentes fases da análise de conteúdo e organizam-se em torno de três polos cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.”



Ao contactar a equipe de servidores do NDPEP foi nos apresentado as quatro (4) caixas de documentos referente a primeira década do então IFPB (2008-2018), estas ainda em espera de uma organização arquivística, pois o setor passa por dificuldades de recursos humanos assim como de espaço físico, porém, a maior parte da documentação do movimento estudantil já se encontrava organizada no tocante a décadas anteriores.

O Quadro 1 apresenta o detalhamento das atividades realizadas nas etapas de organização, categorização e Inferências/Interpretações dos arquivos recebidos.

Quadro 1 – Etapas da análise de conteúdo da pesquisa segundo Laurence Bardin (2011)

Etapa 1 - Organização	Método de coleta de dados	Procedimento de registro dos dados	Organização dos dados
	Análise documental das fontes	Análise e escrita por meio de fichamento	Descrição e interpretação
Etapa 2 - Categorização	Inventário	Classificação	Enumeração
	Toda documentação encontrada em quatro (4) caixas com mais de 500 itens documentais em papel	Recebidos e produzidos no GRETEC	Cronologia organizada por gestão
Etapa 3 - Inferências/interpretações	Acervo	Tipologias documentais	Seleção do material
	Toda documentação pesquisada foi em suporte de papel sendo estes, impressos, manuscritos e cópias simples ou autenticadas em cartórios.	Projetos de eventos; Ofícios de solicitações; Memorandos de solicitações; Atas de posse; Termos de posse; certificados de posse; Listagens de participação; Abaixo-assinados; Folhetos de evento; Declarações de vínculo; Termos de autorizações de menores; Atas de eleições; Editais de eleições; Ordem de serviço; Cartas; Atas de reuniões; Carta de renúncia entre outros.	Foram selecionados os documentos produzidos pelo GRETEC uma vez que refletem intimamente a função e os feitos dos Gremistas envolvidos na gestão (Presidência e diretorias) durante a primeira década do então IFPB (2008 a 2018).

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A documentação correspondente ao movimento estudantil durante as diversas fases da instituição (EAAPB; LIJP; EICM; EIFPB; ETPFB; CEFETPB e IFPB)³ ocupam grande

³ Na sequência das siglas: Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba; Liceu Industrial de João Pessoa; Escola Industrial Coriolano de Medeiros; Escola Industrial Federal da Paraíba; Escola Técnica federal da Paraíba;



parte de uma estante e já se encontram organizadas de modo a facilitar o acesso e a preservação da informação dos mesmos, mas como já mencionado, nosso recorte considerou apenas a primeira década do IFPB que corresponde de dezembro de 2008 a dezembro de 2018.

Partindo para análise do conteúdo, foram pré-analisados mais de 540 documentos um a um, contudo pudemos identificar variadas tipologias, conforme descritas no Quando 1 e com isto pudemos verificar que a partir da produção dos documentos, realizados no âmbito do GRETEC, pelos próprios gremistas, foi possível identificar com afinco as funções exercidas, as reivindicações, os projetos, os eventos organizados e as lutas travadas por uma educação pública de qualidade e justiça social.

Foram realizadas consultas a egressos que fizeram parte da gestão do GRETEC para tirar dúvidas, pois, ainda faltavam muitos documentos, que segundo eles, devido a muitas mudanças de salas do Grêmio, se perderam. Então pudemos perceber que é um setor que não é coberto por uma gestão documental de recolhimento ou transferência, e que não há menção de tal fundo nos planos de classificação e tabelas de temporalidades das IFES⁴.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia que é constituída por 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II⁵, que atuam no âmbito da educação secundarista e Superior. Portanto, possuem demandas consideráveis para incluir a documentação produzida pelo movimento estudantil em um plano de recolhimento de documentos dos Arquivos Centrais e/ou Centros de Memórias.

A segunda parte da análise de conteúdo nos debruçamos sobre os documentos produzidos de comunicação interna e externa, a exemplos de ofícios e memorandos,

Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

⁴ Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade são instrumento da gestão documental segundo Bernardes (2008, p.10).

⁵ Fonte: Ministério da Educação MEC. Disponível em: < <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-profissional/rede-federal#:~:text=Em%202022%2C%20a%20Rede%20Federal,e%20o%20Col%C3%A9gio%20Pedro%20II.>



mesmo com sequência incompleta foi possível identificar feitos e pedidos de melhoria, além da participação ativa dos gremistas em atividades de organização desportivas, culturais e educacionais como exposto no Quadro 2.

Quadro 2 – Análise da amostra

Gestão do GRETEC (2008 a 2018)	Amostragem selecionada (um documento de cada gestão dentro do recorte temporal)	
Unidade de Registro (UR)	Unidade de Contexto (UC)	Eixo Temático
G1 - 2008-2009	Ata de eleição C.R.C (17/10/2008)	Intervenção organizacional
G2 - 2010-2011	Regulamento GRETEC do III torneio de Futsal (20/04/2010)	Intervenção esportiva
G3 - 2012-2013	Edital de eleição para gestão (2014-2015)	Intervenção gerencial
G4 - 2014-2015-2016	Folheto em prol das ocupações com evento para 17/12/2016	Intervenção política
G5 - 2016-2017	Carta aberta com pedido de afastamento (11/12/2017)	Intervenção disciplinar
G6 - 2018-2019	Ofício nº 03/2018 GRETEC (31/10/2018) Solicitando liberação de alunos para participar de aulão do ENEM	Intervenção educacional

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A documentação produzida pelo Grêmio Técnico Estudantil (GRETEC) se encontra bastante falhada no sentido de cronologia das comunicações oficiais e com lacunas em relação às seis gestões que dirigiram o GRETEC entre 2008 e 2018, primeira década do IFPB no Campus João Pessoa. Quando separada a documentação por gestão pudemos selecionar uma amostra baseada nos assuntos de maior relevância quanto aos feitos políticos e culturais, sendo contribuições valiosas promovidos por tal grupo social.

Foram analisados mais de quinhentos documentos sendo a amostra obtida a partir de oitenta e seis, produzidos pelo GRETEC durante o período mencionado e dividido por gestões, oito da primeira gestão (G-1); quarenta da segunda gestão (G-2); cinco da terceira gestão (G-3); dez da quarta gestão (G-4); dezoito documentos da quinta gestão (G-5) e cinco da sexta gestão (G-6).

Demos falta de documentos normativos, de posse de algumas diretorias e sequência cronológica de documentos de comunicação oficial a exemplo de ofícios e memorandos, além de ter sido encontrados alguns documentos pertencentes a categorias vinculadas ao GRETEC como o exemplo de atas do Conselho de Representação de Classe (C.R.C) e ofícios da Associação Estudantil de Grêmios Técnicos da Paraíba (ASSEGT)



fundada em novembro de 2015 conforme minuta do regimento a nós enviada por um egresso. Tudo isso reflete a não cobertura da gestão documental neste tipo de fundo.

A ASSEGT intermediava e orientava todos os Grêmios Técnicos nos Campi do IFPB em relação aos processos eleitorais dentre outras atividades para uma integração e diálogo das lutas e unificação de pautas que abarcasse o Estado alinhando-se às pautas do movimento estudantil nacional. É possível que esta entidade seja a pioneira na região nordeste, porém uma pesquisa mais aprofundada poderia responder tal interrogação.

A partir dos eixos temáticos do quadro anterior chegamos a tais categorias abaixo (quadro 3), para assim cruzarmos com o eixo teórico.

Quadro 3 – Categorização com base na análise de conteúdo

Categorização	Interpretação		
	UR	Conceito norteador	Categorias finais
G1	1-Processo eleitoral democrático; 2-participação coletiva; 3-estudantes secundaristas; 4-participação gremista.	Eleição organizada pelo GRETEC conforme prerrogativa do próprio estatuto na qual elegeu-se representantes de cada curso para o chamado Conselho de Representantes de Classe e conselho fiscal formando assim uma estrutura democrática escolar.	1- Estrutura democrática secundarista
G2	5-Normatização de regras; 6-protagonismo da juventude; 7-iniciativas para esporte e lazer.	Normativa criada pelo GRETEC para um torneio de futsal organizado de forma técnica e responsável inserindo esporte e lazer no ambiente escolar e evidenciando o protagonismo dos alunos.	2- Protagonismo e a presença da educação não formal na escola
G3	8-Gestão democrática; 9-continuidade dos processos; 10-formação política.	Elaboração de edital pela gestão do GRETEC como continuidade dos processos para escolha de novos membros e mesa diretora.	3- Gestão democrática no movimento político secundarista
G4	11-Participação coletiva; 12-luta estudantil por educação; 13-engajamento externo; 14-marco do movimento estudantil no IFPB;	Folheto de evento cultural durante a ocupação do Campus João Pessoa, que apresenta o engajamento dos estudantes com a comunidade externa e a luta em prol do fechamento de escolas e congelamento de recursos para a educação, entre outras pautas.	4- Engajamento na ocupação com a sociedade em prol da educação
G5	15-Responsabilidade política; 16-disciplina escolar; 17-autoavaliação.	Foi encontrado uma carta de renúncia de um gremista após um congresso da UBES e este conteúdo reflete o cumprimento ao	5- Disciplina aplicada aos gremistas e regida por normativas



		regimento do GRETEC, auto avaliação e disciplina,	com teor de autoavaliação
G6	18-Coletividade; 98-engajamento político; 20-engajamento educacional.	Comunicação interna solicitando liberação dos alunos vestibulandos a participarem de aula para o ENEM que ocorreu fora da instituição	6- Interesse no coletivo para além das lutas internas na instituição

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A partir dos eixos temáticos no quadro 3: “Intervenção organizacional”, “Intervenção esportiva”, “Intervenção gerencial”, “Intervenção política”, “Intervenção disciplinar” e “Intervenção educacional” extraídas de documentos selecionados na análise documental chegamos às vinte categorias elencadas no Quadro 3 sob luz de Sousa (2019, p. 1413) foi realizado o esquema de categorias iniciais, conceito norteador e categorias finais, sendo estas resultado das categorias iniciais.

No sentido de analisar as contribuições do Grêmio Técnico Estudantil do IFPB, Campus João Pessoa na memória institucional e sua relação com a educação não formal nos espaços educacionais e de luta evidenciamos estas por meio de inferências no quadro 3.

Deste modo chegamos às categorias finais, sendo estas: Estrutura democrática secundarista; Protagonismo e a presença da educação não formal na escola; Gestão democrática no movimento político secundarista; Engajamento na ocupação com a sociedade em prol da educação; Disciplina aplicada aos gremistas e regida por normativas com teor de autoavaliação e Interesse no coletivo para além das lutas internas na instituição.

Adiante será explanado as contribuições dos sujeitos da pesquisa e atuações por meio da história marcada em fontes documentais, assim como possíveis contribuições para o fazer arquivístico e memória institucional.

3.1 Contribuições para arquivologia e para memória institucional

Para contextualizar esta pesquisa é importante compreender um pouco da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil. Sendo assim, na Constituição de 1988, a EPT ganhou um novo regulamento, sendo reconhecida como uma modalidade de ensino igualitário ao ensino regular. De acordo com a legislação, "A educação profissional



deve ser oferecida de forma integrada ao ensino regular, garantindo aos estudantes o desenvolvimento de competências técnicas e a formação cidadã".

Essa mudança fortaleceu a busca por uma educação técnica mais abrangente, que valorizasse não apenas as habilidades técnicas, mas também a formação humana e ética dos estudantes. Segundo Dermeval Saviani (2007), destacado educador e filósofo da educação, "a formação profissional deve estar intrinsecamente relacionada à formação humana, proporcionando ao aluno não apenas habilidades técnicas, mas também uma visão crítica do mundo e seu papel como cidadão".

Nesse contexto que a *omnilateralidade* se encontra embricada a EPT, pois essa abordagem, também conhecida como educação integral ou educação holística, valoriza não apenas o aspecto cognitivo, mas também o emocional, físico, social e ético do educando. E é nessa perspectiva que enfatizamos a importância do grêmio estudantil do IFPB na história e memória dessa instituição, pois, este movimento é a materialização do pensar/fazer político, social, crítico e exercício na prática da cidadania.

A história do Grêmio Estudantil no IFPB iniciou na década de 60 quando a instituição era ainda a Escola Industrial Coriolano de Medeiros cujo documentos comprovam a criação do Diretório Estudantil Técnico Industrial (DETI) foi precisamente fundado em 1961. De acordo com Candeia (Donner, 2017), no ano de 1963 houve uma greve dos estudantes que ocasionou a saída do Diretor da época, José Jurema de Carvalho.

Conforme pesquisa de Candeia (Donner, 2017) ainda em 1967 o Grêmio passa a se chamar "Grêmio Técnico Estudantil (GRETE) mas mesmo diante de um movimento estudantil forte a história deste foi atravessada pela Ditadura Militar (Golpe Militar de 1964) e com isto após o AI-5 – Ato Institucional n.º 5 em 13 de dezembro de 1968, que ocasionou o fechamento do Congresso Nacional, período que tanto a UNE⁶, a UBES⁷ quanto os Grêmios Estudantis foram fechados dando lugar ao "CCE - Centro Cívico Escolar, que apenas burocraticamente representava os estudantes dentro e fora da unidade escolar".

Em 1985 foi instituído a "Lei dos Grêmios" Lei Nº 7.398, de novembro de 1985, que "Dispõe sobre a organização de entidades estudantis de 1º e 2º grau e assegura aos estudantes o direito de se organizar em Grêmios" e em 1986 ocorreu um congresso da UBES fator que no ano seguinte, precisamente abril de 1987 o Grêmio Técnico Estudantil

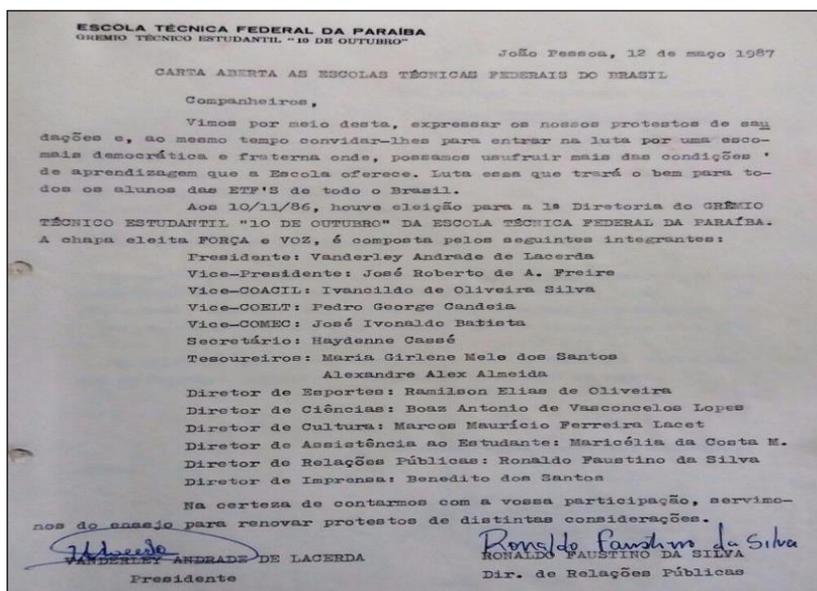
⁶ União Nacional dos Estudantes - UNE

⁷ União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES



foi criado, período ainda da Escola Técnica Federal da Paraíba, conforme documento oficial da Figura 1.

Figura 1 – Imagem digitalizada do documento de posse da primeira diretoria do Grêmio Estudantil



Fonte: Acervo do NDPEP, 2016.

Aqui, temos um ato legal que comprova a relação da proveniência, princípio basilar para a constituição de um fundo. “Além da relação orgânica com o seu produtor e entre si, o chamado vínculo arquivístico” (Bellotto, 2014).

O recorte temporal aqui pesquisado confere a primeira década do então IFPB, instituição que nasceu da “Integração do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB) e da Escola Agrotécnica Federal de Sousa”, conforme artigo 5º, inciso 21 da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Portanto, considerando o decreto nº 7.022 de 2 de dezembro de 2009 que estabelece medidas organizacionais e dar suporte à criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criada pela Lei no 11.892 /2008, estamos nos referindo precisamente o período de dezembro de 2008 a dezembro de 2018.

Diante das dificuldades encontradas em relação às fontes documentais um pouco dispersas e faltando documentos da época para uma melhor organização dos fatos e feitos do GRETEC, ressaltamos que corroboramos com o pensamento de que “a vivência com os colegas de infância e de juventude tornam-se, mais tarde, densos “lugares de memória”, contribuindo para a construção de uma identidade singular e, ao mesmo tempo, coletiva, [...]” como afirma Ciavatta (2005).



É importante que haja um “enquadramento” da memória conforme é abordado na obra de Pollak (1992) para que grupos sociais que acabam ficando à margem da memória oficial, caindo no silenciamento ou esquecimento como e para tal carece de resgate e, portanto, “Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é.” E é nessa perspectiva que aprontamos o quadro a seguir.

Quadro 4 – Presidências do GRETEC na primeira década de IFPB – Campus João Pessoa

Sequencial	Ano de gestão	Gestão por gênero	Nome oficial do GRETEC	Observações
1º Presidente	2008-2009	Feminino	Grêmio Técnico Estudantil 10 de outubro	Primeira presidente do GRETEC na primeira década do IFPB.
2º Presidente	2010-2011	Feminino	Grêmio Técnico Estudantil 10 de outubro	-
3º Presidente	2012-2013	Masculino	Grêmio Técnico Estudantil 10 de outubro	-
4º Presidente	2014-2016	Masculino	Grêmio Técnico Estudantil Florestan Fernandes	Período das ocupações nas escolas do Brasil; Criação da ASSEGT/IFPB.
5º Presidente	2016-2018	Masculino	Grêmio Técnico Estudantil Florestan Fernandes	-
6º Presidente	2018-2022*	Masculino	Grêmio Técnico Estudantil Florestan Fernandes	*Gestão que se prolongou até o período pandêmico.

Fonte: Própria autora, 2023.

A primeira gestão do GRETEC ocorreu em um período de transição em que o CEFET passou a ser IFPB e foi nesse período que uma menina ocupou então essa liderança fazendo dela a segunda da história da instituição e a primeira do período IFPB, Campus João Pessoa a atuar juntamente com a vice-presidente, mais, secretário-geral, 1º secretário, tesoureiro geral, diretora de esportes, diretor de cultura, diretor educacional e diretor de imprensa, assim como estava documentado na ata de posse da época.

No Quadro 4, podemos destacar três momentos importantes na memória do movimento estudantil secundarista do IFPB, campus João Pessoa. O primeiro destaque é para a primeira presidente do GRETEC da “era IFPB”, que ocupou o espaço político e de representatividade para todas as meninas naquele momento em que aconteciam mudanças significativas, estruturais e curriculares no espaço escolar daquela instituição. Fazemos um adendo para alteração do nome do Grêmio na quarta gestão, conforme apareceram nos documentos pesquisados, porém, não encontramos o fator ou motivo do ocorrido.

O segundo marco do movimento estudantil secundarista no IFPB foi o período de ocupações nas escolas em todo o país unindo alunos e comunidade em prol da luta por



educação pública de qualidade, debate em torno do congelamento dos recursos para educação pelo governo federal e a reorganização escolar com fechamento de escolas no estado de São Paulo (Piolli *et al.*, 2016).

Um período de bastante efervescência foi iniciado em 2015, mas, foi em 2016 o ápice da luta estudantil e que gerou muita produção do conhecimento levando alguns autores a nomear de “primavera secundarista” (Martins *et.al.*, 2020) todo o engajamento político dos estudantes do ensino médio e ensino médio técnico das escolas públicas.

Para contextualizar o fato, voltemos ao início das ocupações escolares que tiveram como principais atores o movimento estudantil secundarista tendo como base forte os grêmios estudantis de várias escolas públicas brasileiras. O movimento iniciou-se no estado de São Paulo com a proposta do fechamento de escolas públicas que tinha como objetivo uma reorganização escolar, conforme aponta Gohn (2019):

La resistencia contra la reforma del estado de São Paulo generó otro movimiento social: el movimiento “No Cerrar Mi Escuela” – comenzó en 2015 como una página de Facebook. Creada por un colectivo, el conjunto, vinculado a la red PSOL y Emancipa, para contribuir en la lucha contra el cierre de escuelas que serían promovidas por la reorganización escolar. Luego también se destacó por las prácticas de 'fun acts' -acciones relámpago en lugares de visibilidad o residencia de los políticos. El 4 de mayo de 2016, un fun act fue convocado a través de Facebook para protestar por el escándalo de corrupción del almuerzo escolar paulista (Gohn, 2019 p. 66).

As ocupações e protestos organizados pelos gremistas no IFPB iniciaram na capital e depois partiu para outros Campi e para dialogar com as categorias elencadas na metodologia é importante ressaltar o engajamento político dos estudantes que marcaram todas as gestões do movimento estudantil secundarista e que atravessaram as várias mudanças na instituição conforme revela a memória institucional anterior ao IFPB, portanto, para contemplar o objetivo desta pesquisa nos voltamos para momentos demarcados e considerados relevantes neste estudo. É importante resgatar esse período no IFPB por meio de documentos e notícias uma vez que os gremistas se tornaram protagonistas na luta pela educação envolvendo a sociedade e dando uma verdadeira aula de cidadania nos espaços formais com atividades culturais, educativas e social durante uma média de dois meses de ocupação assim como nas ruas e nos espaços de poder político.

O terceiro momento foi a criação da Associação Estudantil de Grêmios Técnicos (ASSEGT/IFPB) ainda em 2015 e que possibilitou uma articulação maior nas pautas



políticas do GRETEC em termos de organização e apoio aos Grêmios dos demais campi do IFPB e com isto podemos considerar que os estudantes estavam fortalecidos politicamente durante os dois meses de ocupações que ocorreram no Campus João Pessoa e cuja pautas foram elencadas em reportagem da Assembleia Legislativa.

A PEC 241, de autoria do presidente Michel Temer, e que já foi aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados no último dia 10, visa instituir por 20 anos o Novo Regime Fiscal para todos os Poderes da União fixando para cada ano o para a despesa primária do Poder Executivo, Judiciário e Legislativo. De acordo com a matéria, os valores fixados serão corrigidos em cada ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). [...] Já a MP 746, promove alterações na estrutura do ensino médio implantando escolas de tempo integral, determinando as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática como obrigatórias, assim como o ensino da Língua Inglesa a partir do sexto ano e restringindo a obrigatoriedade das disciplinas de Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia.” (Assembléia Legislativa Da Paraíba, 2016)

Sabe-se que aquele movimento estudantil, mesmo que não tenha alcançado os objetivos de reverter os prejuízos advindos com as medidas do governo à época, todos esses fatos envoltos a luta por direito a educação pública e de qualidade, pelo envolvimento de professores e sociedade civil em geral é verdade que obtiveram a legitimidade merecida e ganhos por meio de formação política e social que advém também da educação não formal assim como empoderamento e o sentimento de uma semente plantada para as próximas gerações.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável as contribuições do movimento estudantil secundarista no seio escolar e social e isto se torna a florado em tempos de crise no qual a juventude se coloca na linha de frente organizada e com pautas contundentes em prol da defesa de seus direitos enquanto estudantes. Este estudo traz também indagações: Como resgatar e enquadrar a memória dos grêmios técnicos estudantis? Conforme apresentamos neste estudo, não há só um grêmio no IFPB. Como se encontram a documentação nos demais *campi*? Quais soluções para incorporar os fundos do movimento estudantil na gestão documental?

Essa lacuna na gestão de documentos pode ser solucionada a partir da revisão dos códigos de classificação e tabela de temporalidade da atividade fim das IFES, incorporando no eixo ensino toda documentação produzida pelo movimento estudantil, pois este possuem vínculo institucional a partir da matrícula e desde sua gênese enquanto



movimento social participam ativamente para melhorias da educação pública, estando presentes nos colegiados, conselhos e comissões, além da sua parcela na memória institucional.

Para tal, consideramos que profissionais envolvidos na organização da memória institucional busquem fomentar e elaborar políticas de recolhimento de documentos e um olhar mais atento aos movimentos estudantis de seus campi e/ou suas instituições, no tocante a produção e preservação documental além do descarte responsável também, conforme emana as normas e leis de Arquivo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. **Gestão documental aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, p. 54, 2008.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p.477.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005.

DONNER, Felipe. Fundação da nossa primeira organização estudantil foi no dia 5 de abril. **Direção de Comunicação e Marketing do Instituto Federal da Paraíba**. 5 de abril de 2017. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/noticias/2017/04/pesquisa-destaca-fundacao-da-nossa-primeira-organizacao-estudantil>. Acesso em: 05 de nov. de 2022.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal: direitos e aprendizagens dos cidadãos(ãs) em tempos do coronavírus. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 7, p. 9-20, 2020.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Avaliação e políticas públicas em educação**, v. 14, p. 27-38, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais, democracia, educação e direitos no Brasil: 2013-2018. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, p. 55-71, 2019.

GOMES, Thauana Paiva de Souza; VITORINO, Diego da Costa. **Educação formal e não formal**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2017.

Legislativo da Paraíba. **Assembleia realiza audiência pública com estudantes sobre ocupação de escolas na Paraíba**. Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/23287/assembleia-realiza-audiencia-publica-com-estudantes-sobre-ocupacao-de-escolas-na-paraiba.html>. Acesso em: 16 jan. de 2022.



MARTINS, Jonathan Alves; QUEIROZ, Maria Aparecida. Engajamento coletivo na primavera secundarista: a ocupação da escola estadual José Lins do Rego. **Revista Educação em Questão**, v. 58, n. 58, out. 2020.

Núcleo de Documentação e Pesquisa da Educação Profissional do IFPB: **Estudantes da ETFPB – 1986**. Blog do NDPEP – IFPB. 4 de agosto de 2016. Disponível em: <http://nucleodocifpb.blogspot.com/>. Acesso em: 16 de janeiro de 2022.

PIOLLI, Evaldo; PEREIRA, Luciano; MESKO, Andressa de Sousa Rodrigues. A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista. **Crítica Educativa**, v. 2, n. 1, p. 21–35, ago. 2016.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista brasileira de educação, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Classificação em Arquivos: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: UFMG, 2024. p.294.

